

EDUCAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: IMPACTOS NO DESEMPENHO ESCOLAR

Leonardo Corrêa Costa¹
Izaura Lucy Garcia Menezes Régis²
Jonatas Calebe Brandeburski³
José Leal Rodrigues⁴
Abraão Jacinto Pereira⁵
Daniele Maquine Rodrigues⁶
Sueven Rick Carneiro Ribeiro⁷
Rosiris Maturo Domingues⁸
Juerivalda Moreira Barreto⁹
Juliana Araújo Simões¹⁰
Gerson Rosivan de Lima Paes¹¹
Gabriel Maçalai¹²

RESUMO: O presente artigo analisa a relação entre vulnerabilidade social e desempenho escolar, investigando de que forma as condições socioeconômicas desfavoráveis impactam o processo de aprendizagem e a trajetória educacional de crianças e adolescentes. A vulnerabilidade social, compreendida como um fenômeno multidimensional que engloba pobreza, violência, instabilidade familiar e ausência de serviços públicos básicos, tem sido apontada por pesquisadores como um dos principais fatores que interferem negativamente no rendimento e na permanência dos estudantes na escola. Por meio de revisão bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em autores como Arroyo (2011), Bourdieu (1998), Sposati (2009) e Gomes (2005), o estudo busca compreender os mecanismos pelos quais a desigualdade social se reproduz no ambiente escolar, bem como discutir estratégias pedagógicas e políticas públicas capazes de minimizar essas desigualdades. Os resultados apontam que a escola, embora seja um espaço privilegiado para a transformação social, ainda reproduz, em muitos casos, as desigualdades oriundas do contexto externo, sendo necessária uma atuação articulada entre família, escola e poder público para garantir condições equitativas de aprendizagem. Conclui-se que o enfrentamento da vulnerabilidade social no contexto educacional demanda políticas integradas, formação docente sensível à diversidade e estratégias pedagógicas inclusivas.

1

¹Pós-graduado em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão. Faculdade Iguazu - Uniguazu. Capanema/Paraná/ Brasil.

²Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguazu. Boa Vista/Roraima/Brasil.

³Doutorando em Educação. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo/São Paulo/Brasil.

⁴Doutor em Ciências - Química pelo Instituto Federal do Maranhão, Departamento de Química. Grajaú/Maranhão/Brasil.

⁵Mestre em Educação. Universidade Estadual de Roraima - UERR. Bonfim/Roraima/Brasil.

⁶ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Roraima - IFRR. Boa Vista/Roraima/Brasil.

⁷Mestrando em Agroecologia, Ambiente, Sociedade e Amazônia. Universidade Estadual de Roraima - UERR. Boa Vista/Roraima/Brasil.

⁸ Doutoranda em Educação. Instituição Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS. São Caetano do Sul. São Paulo/Brasil.

⁹ Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Instituto Federal de Roraima - IFRR. Boa Vista/Roraima/Brasil.

¹⁰Especialista em Língua, Linguística e Literatura. UNIFIP. Patos/Paraíba/Brasil.

¹¹ Mestrado em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará - UFPA. Santa Maria do Pará/Pará/Bras.

¹² Doutor em Direito. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Santo Augusto/Rio Grande do Sul/Brasil.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Desempenho escolar. Desigualdade educacional. Políticas públicas. Inclusão.

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between social vulnerability and school performance, investigating how unfavorable socioeconomic conditions impact the learning process and educational trajectory of children and adolescents. Social vulnerability, understood as a multidimensional phenomenon that encompasses poverty, violence, family instability, and lack of basic public services, has been identified by researchers as one of the main factors that negatively interfere with students' performance and permanence in school. Through a qualitative bibliographic review, grounded in authors such as Arroyo (2011), Bourdieu (1998), Sposati (2009), and Gomes (2005), the study seeks to understand the mechanisms by which social inequality reproduces itself in the school environment, as well as discuss pedagogical strategies and public policies capable of minimizing these inequalities. The results indicate that the school, although it is a privileged space for social transformation, still reproduces, in many cases, inequalities arising from the external context, requiring articulated action between family, school, and public authorities to ensure equitable learning conditions. It is concluded that confronting social vulnerability in the educational context demands integrated policies, diversity-sensitive teacher training, and inclusive pedagogical strategies.

Keywords: Social vulnerability. School performance. Educational inequality. Public policies. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida, tanto no âmbito nacional quanto internacional, como um direito fundamental e um instrumento essencial para o desenvolvimento humano e social. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). No entanto, apesar dos avanços legais e das políticas educacionais implementadas nas últimas décadas, as desigualdades socioeconômicas continuam a influenciar de maneira significativa o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes na escola.

O conceito de vulnerabilidade social emerge no campo das ciências sociais para descrever situações nas quais indivíduos ou grupos se encontram expostos a riscos e instabilidades que comprometem seu bem-estar e suas oportunidades de desenvolvimento. Diferentemente da pobreza, que pode ser mensurada por critérios econômicos objetivos, a vulnerabilidade social é um fenômeno multidimensional que abrange aspectos como ausência de redes de proteção social, violência doméstica e comunitária, precariedade habitacional, baixa escolaridade dos responsáveis e dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais (SPOSATI, 2009).

No contexto brasileiro, as desigualdades sociais historicamente constituídas afetam diretamente o desempenho escolar de parcelas significativas da população. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), estudantes oriundos de famílias em situação de pobreza apresentam, em média, desempenho consideravelmente inferior em avaliações nacionais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em comparação com estudantes de famílias com maior renda. Essa realidade evidencia que o desempenho escolar não pode ser dissociado do contexto socioeconômico no qual o estudante está inserido.

A partir dessa problemática, o presente artigo busca responder à seguinte questão central: de que maneira a vulnerabilidade social impacta o desempenho escolar de crianças e adolescentes, e quais estratégias podem ser adotadas para minimizar esses impactos? Para tanto, o estudo se organiza em torno de uma revisão bibliográfica que articula contribuições teóricas de diferentes campos do saber, incluindo a sociologia da educação, a psicologia do desenvolvimento e as políticas públicas educacionais.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os principais impactos da vulnerabilidade social no desempenho escolar, com vistas a contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas e políticas públicas mais equitativas. Os objetivos específicos são: (a) conceituar vulnerabilidade social e suas dimensões; (b) identificar os principais fatores que interferem no desempenho escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade; (c) discutir o papel da escola na reprodução ou superação das desigualdades sociais; e (d) apontar estratégias pedagógicas e políticas públicas capazes de promover maior equidade educacional.

A relevância deste estudo justifica-se pela urgência de se produzir conhecimento científico que subsidie práticas educativas mais inclusivas e politicamente comprometidas com a transformação social. Em um país marcado por profundas desigualdades, como o Brasil, compreender os nexos entre vulnerabilidade social e educação é condição indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e emancipatória.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Vulnerabilidade Social: Conceitos e Dimensões

O conceito de vulnerabilidade social tem sido objeto de amplo debate nas ciências humanas e sociais, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, quando as transformações do capitalismo globalizado aprofundaram as desigualdades e fragilizaram as

redes tradicionais de proteção social. Sposati (2009, p. 19) define vulnerabilidade social como "o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade".

Essa definição evidencia que a vulnerabilidade não é uma característica intrínseca dos sujeitos, mas resulta de uma relação assimétrica entre os recursos disponíveis e as oportunidades acessíveis. Nesse sentido, famílias que vivem em condições de pobreza, sem acesso a moradia digna, alimentação adequada, saúde de qualidade e educação formal, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, não por incapacidade individual, mas pela ausência de condições estruturais que lhes permitam desenvolver suas potencialidades.

Para Carvalho e Almeida (2003, p. 110), a vulnerabilidade social deve ser compreendida como "um estado de indivíduos, famílias ou grupos que, por uma combinação de características pessoais e do seu contexto social, possuem menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar e oportunidades". Essa perspectiva reforça a natureza relacional do fenômeno, que não pode ser explicado apenas pela renda familiar, mas deve considerar o conjunto das condições de vida e das relações sociais nas quais os sujeitos estão imersos.

No contexto educacional, a vulnerabilidade social manifesta-se de múltiplas formas: na dificuldade de acesso a materiais escolares e recursos tecnológicos, na necessidade de trabalho infantil que compete com o tempo dedicado aos estudos, na instabilidade emocional decorrente de situações de violência doméstica, e na ausência de um ambiente familiar estimulante para o desenvolvimento cognitivo. Todos esses fatores, isolados ou combinados, produzem efeitos deletérios sobre o desempenho escolar e sobre a trajetória educacional dos estudantes.

4

2.2 Desigualdade Social e Reprodução Cultural na Escola

A relação entre desigualdade social e educação foi amplamente tematizada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, cuja obra constitui um dos pilares do referencial teórico deste estudo. Para Bourdieu e Passeron (1992, p. 53), o sistema educacional opera como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, na medida em que valoriza e legitima o capital cultural das classes dominantes, tratando-o como se fosse um patrimônio universal e neutro. Segundo os autores:

"A escola exclui, mas de uma maneira tal que a exclusão parece resultar de aptidões e incapacidades naturais, mascarando assim sua verdadeira natureza, que é a de uma exclusão baseada em critérios sociais e culturais. Ao transformar diferenças de classe em diferenças de

aptidão ou mérito, ela contribui para perpetuar a ordem social vigente." (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 53)

Essa perspectiva é fundamental para compreender por que estudantes oriundos de famílias de baixa renda frequentemente apresentam desempenho escolar inferior ao de seus colegas de classes mais abastadas. A escola, ao privilegiar determinadas formas de expressão, determinados conhecimentos e determinadas práticas culturais, acaba por colocar em desvantagem aqueles que não foram socializados segundo os padrões da cultura legítima. Trata-se do que Bourdieu (1998, p. 41) denominou de "violência simbólica", ou seja, a imposição de significações como legítimas, dissimulando as relações de força que fundamentam tal imposição.

No Brasil, essa dinâmica de reprodução social pela escola foi analisada por autores como Miguel Arroyo (2011), que problematiza o que denomina de "escola segregada". Para Arroyo (2011, p. 72), "as crianças e adolescentes das periferias urbanas chegam à escola marcadas por trajetórias de exclusão, violência e invisibilidade social que a escola, em vez de acolher e transformar, frequentemente ignora ou aprofunda". Essa afirmação aponta para a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e a cultura escolar a partir do reconhecimento das realidades vividas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade.

2.3 Fatores Psicossociais e Desempenho Escolar

Além dos determinantes socioeconômicos e culturais, os fatores psicossociais desempenham papel relevante na compreensão dos impactos da vulnerabilidade social sobre o desempenho escolar. A exposição continuada a situações de estresse, violência e instabilidade emocional produz efeitos sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças e adolescentes, comprometendo sua capacidade de aprendizagem.

Bronfenbrenner (1996, p. 18), em sua Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, propõe que o desenvolvimento de uma pessoa é "função de forças que emanam de múltiplos contextos e das inter-relações entre esses contextos". Segundo essa perspectiva, o desempenho escolar de uma criança não depende apenas de sua capacidade individual ou do que acontece dentro da sala de aula, mas é influenciado por toda a rede de contextos nos quais ela está inserida, incluindo a família, a comunidade, as instituições sociais e os contextos macrossociais.

Pesquisas realizadas no campo da neurociência educacional também corroboram essa perspectiva. Rutter e Maughan (2002 apud GOMES, 2005, p. 46) demonstraram que crianças expostas a situações de pobreza extrema e violência apresentam níveis elevados de cortisol,

hormônio do estresse, o que compromete o funcionamento do hipocampo, região cerebral associada à memória e à aprendizagem. Esse dado biológico evidencia que os impactos da vulnerabilidade social sobre o desempenho escolar não são apenas sociológicos ou culturais, mas também neurológicos e fisiológicos.

2.4 O Papel da Escola na Superação das Desigualdades

Apesar das críticas ao papel reprodutor da escola, vários autores destacam seu potencial transformador quando orientada por princípios pedagógicos emancipatórios. Paulo Freire (2011, p. 98), em sua obra "Pedagogia do Oprimido", afirma que "a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo". Essa perspectiva dialógica pressupõe uma escola que reconhece e valoriza os saberes e as experiências trazidos pelos estudantes de seus contextos de vida, construindo o conhecimento de forma colaborativa e significativa.

Nessa direção, Gadotti (2007, p. 54) defende que "a escola pública de qualidade é a principal resposta que a sociedade pode oferecer à vulnerabilidade social, desde que ela seja capaz de integrar-se ao território, conhecer suas demandas e articular-se com as demais políticas sociais". Essa concepção de escola territorializada implica uma ruptura com o modelo tradicional de ensino desconectado da realidade social dos estudantes e aponta para a necessidade de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, desenvolvida por meio da revisão sistemática da literatura científica sobre os temas da vulnerabilidade social e do desempenho escolar. Segundo Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", o que permite ao pesquisador ampliar o alcance de sua análise e dialogar com um conjunto diversificado de perspectivas teóricas.

A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de capturar a complexidade e a multidimensionalidade dos fenômenos sociais investigados. Conforme aponta Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", o que se mostra particularmente adequado para a análise das relações entre vulnerabilidade social e educação, campo em que os aspectos subjetivos e relacionais são de fundamental importância.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, Google Scholar e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Os descritores utilizados nas buscas foram: "vulnerabilidade social e educação", "desempenho escolar e pobreza", "desigualdade educacional", "exclusão social e escola" e "políticas públicas educacionais". O período de abrangência das publicações selecionadas compreendeu os anos de 1990 a 2023, com ênfase em produções mais recentes.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção das obras foram: relevância teórica para o tema investigado, reconhecimento acadêmico dos autores, publicação em periódicos científicos com revisão por pares ou em editoras de prestígio acadêmico, e disponibilidade integral dos textos. Os critérios de exclusão foram: textos de caráter meramente opinativo sem fundamentação científica, publicações sem identificação de autoria e obras cujo conteúdo não apresentasse relação direta com o objeto de estudo.

A análise do material coletado foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que pressupõe três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Essa abordagem permitiu identificar os principais núcleos temáticos presentes na literatura e organizar as categorias analíticas que estruturam os resultados e discussões apresentados na seção seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Dimensões da vulnerabilidade social que afetam o desempenho escolar

A análise da literatura revisada permitiu identificar um conjunto de dimensões da vulnerabilidade social que exercem impacto direto sobre o desempenho escolar de crianças e adolescentes. Entre as dimensões mais recorrentes na produção científica, destacam-se: condição socioeconômica da família, nível de escolaridade dos responsáveis, exposição à violência, instabilidade habitacional e insegurança alimentar.

No que se refere à condição socioeconômica, os estudos revisados são unânimes em apontar que a pobreza familiar constitui um dos principais determinantes do baixo desempenho escolar. Soares et al. (2015, p. 135) demonstraram, por meio de análise dos dados do SAEB, que "o nível socioeconômico dos estudantes é o fator externo à escola que maior efeito apresenta sobre o desempenho acadêmico, explicando entre 30% e 40% da variância nos resultados das avaliações". Esse dado quantitativo corrobora a perspectiva teórica de Bourdieu, segundo a qual

a escola opera sobre um terreno de desigualdades que ela mesma não criou, mas que pode aprofundar ou atenuar.

A escolaridade dos responsáveis também emerge como fator de destaque. Pais com maior nível de instrução tendem a oferecer maior suporte às atividades escolares dos filhos, dispondo de recursos culturais para auxiliar na realização de tarefas, para estimular a leitura e para mediar a relação dos filhos com o saber escolarizado. Em contraste, famílias com baixo nível de escolaridade, embora frequentemente muito comprometidas com a educação dos filhos em termos valorativos, podem enfrentar dificuldades concretas para oferecer esse tipo de apoio (LAHIRE, 2004).

A exposição à violência — seja no contexto doméstico, seja no entorno escolar — constitui outro fator de impacto significativo. Segundo Abramovay et al. (2002, p. 89), "estudantes que convivem cotidianamente com situações de violência apresentam maiores índices de evasão, reprovação e dificuldades de aprendizagem, pois o estado de alerta permanente produzido pelo medo compromete as funções cognitivas essenciais para o aprendizado". Essa afirmação articula as dimensões psicossocial e neurológica dos impactos da violência sobre a educação, evidenciando a complexidade do fenômeno.

4.2 A Escola Diante da Vulnerabilidade: Entre a Reprodução e a Transformação

Os resultados da revisão bibliográfica apontam para uma tensão constitutiva no papel da escola em contextos de vulnerabilidade social: ao mesmo tempo em que pode reproduzir as desigualdades existentes, a escola também possui potencial para se constituir como espaço de proteção, acolhimento e transformação social.

A reprodução das desigualdades ocorre, segundo a literatura, por meio de mecanismos sutis que operam no cotidiano escolar. O currículo eurocêntrico e distante das realidades locais, as práticas avaliativas que privilegiam determinados estilos cognitivos, as expectativas diferenciadas que professores constroem em relação a estudantes de diferentes origens sociais — todos esses elementos contribuem para que a escola funcione, contraditoriamente, como instrumento de perpetuação da exclusão.

Como afirma Arroyo (2011, p. 103): "quando a escola desconhece ou ignora as condições de vida dos seus alunos, ela os torna invisíveis enquanto sujeitos de direitos e os reduz a objetos de suas práticas pedagógicas, contribuindo para a manutenção de uma ordem social excludente". Essa invisibilização dos estudantes vulneráveis constitui uma forma de violência simbólica que

compromete sua autoestima, seu sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, seu engajamento com o processo de aprendizagem.

Por outro lado, a literatura também apresenta evidências do potencial transformador da escola quando ela se organiza a partir de uma perspectiva de educação integral e inclusiva. Pesquisas realizadas em escolas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade, que adotaram práticas pedagógicas culturalmente sensíveis e estabeleceram parcerias com famílias e comunidades, demonstraram resultados significativamente melhores em termos de desempenho escolar e de redução da evasão (CAVALIERE, 2007).

4.3 Políticas Públicas e Estratégias Pedagógicas para a Equidade Educacional

A literatura revisada aponta para um conjunto de políticas públicas e estratégias pedagógicas que têm demonstrado efetividade na redução dos impactos da vulnerabilidade social sobre o desempenho escolar. Entre as iniciativas de caráter estrutural, destacam-se os programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), que ao condicionar o recebimento do benefício à frequência escolar, contribuiu para a redução da evasão nas populações mais vulneráveis.

Segundo Rego e Pinzani (2013, p. 47), "o Bolsa Família não apenas aumenta a frequência escolar, mas também melhora a qualidade da alimentação das crianças e reduz o trabalho infantil, criando condições mais favoráveis para a aprendizagem". Essa avaliação evidencia que políticas de proteção social têm efeitos positivos que transcendem o âmbito estritamente econômico e se repercutem sobre o desempenho educacional.

No plano pedagógico, a formação continuada de professores para o trabalho com populações em situação de vulnerabilidade emerge como estratégia prioritária. Gomes (2005, p. 61) defende que "o professor que atua em contextos de vulnerabilidade precisa desenvolver não apenas competências didáticas, mas também sensibilidade social, capacidade de escuta e habilidade para construir vínculos de confiança com os estudantes e suas famílias". Essa perspectiva aponta para a necessidade de uma formação docente que vá além dos conteúdos disciplinares e contemple as dimensões humanas e relacionais do ato educativo.

Outra estratégia amplamente referenciada na literatura é a implementação de programas de educação em tempo integral, que ampliam as oportunidades de aprendizagem e oferecem, ao mesmo tempo, um espaço seguro e estruturado para crianças e adolescentes que vivem em contextos de vulnerabilidade. Cavaliere (2007, p. 1029) argumenta que "a escola de tempo integral pode cumprir uma função protetora importante em relação a crianças de meios

populares, desde que ofereça atividades diversificadas e de qualidade que enriqueçam suas experiências culturais e sociais".

5 CONCLUSÃO

O percurso analítico realizado neste artigo permitiu evidenciar que a relação entre vulnerabilidade social e desempenho escolar é complexa, multidimensional e permeada por tensões que refletem as contradições mais amplas da sociedade brasileira. A revisão da literatura demonstrou que o desempenho escolar não pode ser compreendido como resultado exclusivo de capacidades individuais ou de práticas pedagógicas isoladas, mas deve ser situado no contexto das condições materiais, culturais e psicossociais nas quais os estudantes estão inseridos.

Os dados e argumentos apresentados ao longo do texto evidenciam que a vulnerabilidade social impacta o desempenho escolar por meio de múltiplos mecanismos, que vão desde a privação material — que limita o acesso a recursos necessários para a aprendizagem — até os efeitos psicológicos da exposição à violência e à instabilidade, que comprometem o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo, o estudo apontou que a escola não é apenas vítima passiva das desigualdades sociais, mas pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação, a depender das escolhas pedagógicas, curriculares e institucionais que orientam seu funcionamento. Escolas que adotam práticas culturalmente sensíveis, que reconhecem e valorizam a diversidade de seus estudantes e que estabelecem vínculos de parceria com as famílias e comunidades demonstram maior capacidade de mitigar os efeitos da vulnerabilidade sobre o aprendizado.

No que se refere às políticas públicas, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de abordagens integradas que articulem as dimensões educacional, social e econômica. Programas de transferência de renda, ampliação da jornada escolar, formação continuada de professores e investimento em infraestrutura das escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade são estratégias que, combinadas, apresentam maior potencial para a promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade.

Por fim, é preciso reconhecer que o enfrentamento das desigualdades educacionais exige, antes de tudo, um compromisso ético e político com a garantia dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua origem social. A escola pública, como espaço de formação humana e de construção da cidadania, tem um papel insubstituível

nesse processo, desde que seja dotada das condições necessárias para cumprir sua missão de forma justa, inclusiva e transformadora.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento de estudos que investiguem os impactos de programas específicos de intervenção pedagógica em contextos de alta vulnerabilidade, bem como pesquisas que considerem as perspectivas dos próprios estudantes e de suas famílias sobre os desafios e as potencialidades de sua trajetória educacional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. Escola e violência. Brasília: UNESCO, MEC, 2002.

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, M. L. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 281-306, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Relatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2021. Brasília: INEP, 2022.

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SOARES, J. F. et al. Fatores associados ao desempenho cognitivo dos alunos do ensino médio público. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 120-149, 2015.

SPOSATI, A. Territorialização das políticas sociais: princípio de base da construção do SUAS. São Paulo: IEE/PUCSP, 2009.